

Investigação AMPLIADA

MÁRIO COELHO E GUILHERME GOULART
DA EQUIPE DO CORREIO

Após a descoberta de supersalários de merendeiros da Secretaria de Educação, a Corregedoria do Distrito Federal ampliará as investigações a todos os servidores públicos efetivos do governo local. Esta semana começa o levantamento dos últimos vencimentos dos 29 mil funcionários contratados nos órgãos administrativos do Governo do Distrito Federal (GDF). Os técnicos vão tentar identificar rendimentos com valores muito acima dos pisos salariais de cada categoria. No caso dos merendeiros, cerca de 10% recebem mais do que os professores da rede pública de ensino.

O corregedor do DF, Roberto Giffoni, informou que pediu o detalhamento dos contracheques para verificar em que momento começaram as distorções. Inicialmente, foram encontrados problemas na Secretaria de Educação. O levantamento revelou que 117 merendeiros têm salários acima de R\$ 4 mil. Alguns ganham mais de R\$ 8 mil. Uma servidora de uma escola de Ceilândia recebeu, em março, R\$ 13.632,40. Cerca de R\$ 2 mil a mais do que o contracheque do governador do DF, José Roberto Arruda.

Segundo Giffoni, é prematuro apontar os motivos para tais diferenças. "Se houve má-fé do funcionário, haverá abertura de um processo administrativo disciplinar. Somente após recebermos todos os contracheques e analisarmos o conteúdo é que vamos saber a extensão das distorções", disse. Adiantamentos, pagamentos de 13º salário, êxitos em ações judiciais ou implantação errada de gratificações podem levar aos supersalários. A maioria dos merendeiros trabalha em escolas públicas de Ceilândia, Planaltina e Taguatinga (leia arte).

Metade dos investigados ganha de R\$ 4 mil a R\$ 5 mil. São 59 merendeiros que têm salários até cinco vezes maiores do que o



MARAJÁS DA MERENDA

A Corregedoria do Distrito Federal investigará os 29 mil servidores do Governo do Distrito Federal (GDF). Até agora, o levantamento mais avançado é o da Secretaria de Educação, onde 117 merendeiros estão sob suspeita

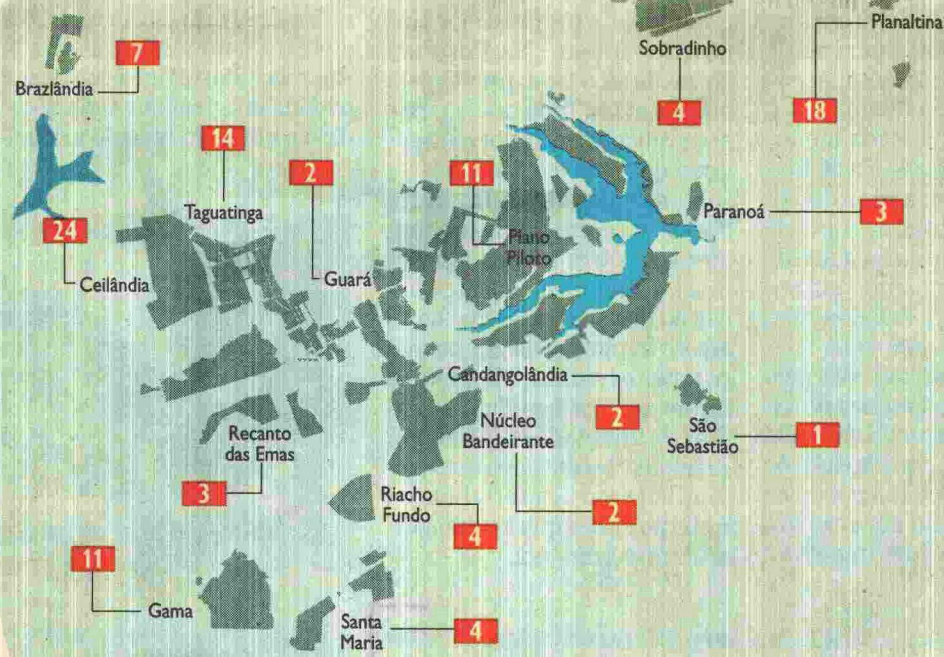
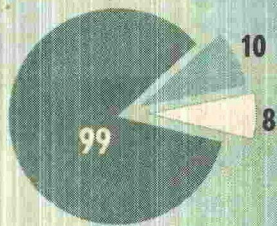
ONDE TRABALHAM OS INVESTIGADOS

Merendeiros investigados (por faixa salarial)



Classificação

■ Nível C
■ Nível B
■ Nível A



Valdo Virgo/Especial para o CB

piso da categoria. O restante recebe até R\$ 13 mil. Boa parte deles (99) ganha como funcionário de nível C. Essa classe salarial é a maior remuneração no plano de carreira dos merendeiros, que constantemente se atualizam em cursos e especializações. "Esse fenômeno não tem explicação. Existem merendeiros até com doutorado e por causa disso chegam a receber R\$ 8 mil", afirmou a secretária de Educação do DF, Maria Helena Guimarães.

Endereços inexistentes

O próprio Sindicato dos Auxiliares de Educação do Distrito Federal (SAE-DF), representante dos merendeiros, vigilantes e auxiliares de serviços gerais do GDF, estranha os valores altos nos contracheques. O diretor Ricardo Vasconcelos recebeu dezenas de ligações de servidores após reportagens do *Correio*, publicadas sábado e ontem. "Não existe um servidor nosso que ganhe R\$ 13 mil por mês. Se ganhou, deve ter

sido num único mês e, talvez, tivesse algum precatório (dinheiro proveniente de pendências judiciais) por receber", comentou.

Reunião marcada para hoje determinará a entrada da entidade na investigação da Corregedoria do DF. Vasconcelos não descartou uma ida à escola onde trabalha a merendeira que ganha mais de R\$ 13 mil. No cadastro do GDF, consta que ela mora em Coacizinho, município goiano distante 110 km de Brasília. A repor-

tagem tentou encontrá-la, mas o endereço não existe. O mesmo ocorreu com outros dois funcionários procurados em Sobradinho e Ceilândia. Um deles foi localizado em Planaltina. O rapaz recebeu mais de R\$ 8 mil em março. "Alguns realmente ganham bem. Mas se os professores ganham mal, a culpa não é dos merendeiros", disse Vasconcelos.

Apesar de demonstrar preocupação com o caso, o GDF suspendeu, quarta-feira, a inspeção na

folha salarial do funcionalismo. A retomada da investigação está prevista para amanhã, quando a Secretaria de Educação entregará o levantamento de todos os vencimentos dos servidores do órgão. "Tivemos de parar os trabalhos por conta do pagamento dos atrasados dos fornecedores da iniciativa privada", explicou Giffoni. Na sexta-feira, o Executivo anunciou que pretende quitar as dívidas — estimadas em R\$ 189 milhões — até quarta-feira.